

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2020

(Do Sr. ZÉ SILVA)

Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola, para criar o Selo Agro Verde; e aprimora o controle de origem e regularidade ambiental da produção agropecuária.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 19.....

VIII - dar transparência à origem e à regularidade ambiental da produção agropecuária.

.....” (NR)

“Art. 26-A. Fica criado o “Selo Agro Verde”, certificação a ser concedida aos produtos originários de propriedades que preservam o meio ambiente.

§ 1º A concessão do Selo Agro Verde deverá observar, na forma do regulamento:

I - a regularidade fundiária, conforme atestado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); e

II - a regularidade ambiental, por meio da utilização de dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) de que trata a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e de certidão negativa emitida pelos sistemas de controle de autuações ambientais e de embargos dos órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) da União, Estados, Municípios e do Distrito Federal.

§ 2º O regulamento disporá sobre:

I - os critérios para a concessão do Selo Agro Verde;

II - a validade, forma de utilização e reprodução do Selo Agro Verde;

III - as hipóteses de cancelamento da autorização de uso do Selo por inobservância das condições relativas à sua concessão; e

IV - demais requisitos para sua operacionalização.

“Capítulo VII

Da Defesa Agropecuária e do Controle de Origem” (NR)

“Art.27-A.....

V – a transparência da origem da produção agropecuária.

§ 1º.....

I – controle de origem, vigilância e defesa sanitária vegetal;

II – controle de origem, vigilância e defesa sanitária animal;

.....(NR)”

“Art. 28-A. Visando à promoção da saúde e proteção ao meio ambiente, as ações de controle de origem, vigilância e defesa sanitária dos animais e dos vegetais serão organizadas, sob a coordenação do Poder Público nas várias instâncias federativas e no âmbito de sua competência, em um Sistema Unificado de Controle de Origem e Atenção à Sanidade Agropecuária, articulado, no que for atinente à saúde pública, com o Sistema Único de Saúde de que trata a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, do qual participarão:

§ 2º A instância local do Sistema Unificado de Controle de Origem e Atenção à Sanidade Agropecuária dará, na sua jurisdição, plena atenção ao controle de origem à sanidade, com a participação da comunidade organizada, tratando especialmente das seguintes atividades:

I – cadastro das propriedades com a utilização de dados do Cadastro Ambiental Rural de que trata a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012;

§ 3º Às instâncias intermediárias do Sistema Unificado de Controle de Origem e Atenção à Sanidade Agropecuária competem as seguintes atividades:

§ 4º À instância central e superior do Sistema Unificado de Controle de Origem e Atenção à Sanidade Agropecuária compete:

V – a avaliação das ações desenvolvidas nas instâncias locais e intermediárias do Sistema Unificado de Controle de Origem e Atenção à Sanidade Agropecuária;

VII – a realização de estudos de epidemiologia e de apoio ao desenvolvimento do Sistema Unificado de Controle de Origem e Atenção à Sanidade Agropecuária;

§ 5º Integrarão o Sistema Unificado de Controle de Origem e Atenção à Sanidade Agropecuária instituições gestoras de fundos organizados por entidades privadas para complementar as ações públicas no campo da defesa agropecuária.

.....(NR)”

“Art. 29-A. ....

§ 2º Como parte do Sistema Unificado de Controle de Origem e Atenção à Sanidade Agropecuária, serão constituídos um sistema brasileiro de inspeção de produtos de origem vegetal e um sistema brasileiro de inspeção de produtos de origem animal, bem como sistemas específicos de inspeção para insumos usados na agropecuária.” (NR)

“Capítulo VIII

Da Informação Agrícola e do Controle da Origem.” (NR)

“Art. 30. ....

V - cadastro das propriedades e posses rurais com consulta a partir do número de registro no Cadastro

Ambiental Rural de que trata a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, contendo:

- a) perímetro do imóvel e demais informações geoespaciais declaradas no Cadastro Ambiental Rural;
- b) uso da terra e desmatamento anual aferido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - Inpe;
- c) autorizações de supressão da vegetação emitidas para o imóvel;
- d) embargos e autos de infração relativos ao imóvel; e
- e) lista do número de registro no Cadastro Ambiental Rural de que trata a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, dos imóveis que transferiram animais para o rebanho do imóvel rural.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Os mercados doméstico e internacional têm exigido cada vez mais de seus fornecedores a comprovação do cumprimento de normas sociais e ambientais, principalmente aquelas voltadas a evitar o desmatamento ilegal.

A literatura demonstra que parte do desmatamento ilegal no bioma Amazônia tem origem na grilagem de terras e na abertura de novas áreas para formação de pastagem e plantação de lavouras. Contudo, duas medidas voluntárias adotadas pelo setor privado apresentaram efeito positivo sobre os níveis de desmatamento da região. A primeira foi a chamada Moratória da Soja, que consistiu em Termo de Compromisso firmado pela Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (Abiove) e pela Associação Brasileira dos Exportadores de Cereais (Anec) de não comercializarem soja oriunda de áreas desflorestadas dentro do Bioma Amazônia após 24 de julho de 2006.

A outra foi a Moratória da Carne, que consistiu em compromisso firmado pelos principais frigoríficos do País: Marfrig, Bertin, JBS-

Friboi e Minerva, entre outros, por meio da assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), com o Ministério Público Federal, em 2010, em que se comprometiam a não adquirir animais provenientes de áreas desmatadas ilegalmente e de pecuaristas que não estivessem de acordo com a legislação ambiental.

Assim, como forma de aprimorar e expandir o escopo e abrangência dessas exitosas medidas, este projeto cria o Selo Agro Verde, que possibilitará a identificação clara por parte dos consumidores de que os produtos adquiridos são provenientes de propriedades que respeitam as normas ambientais e não contribuem para o desmatamento ilegal.

Hoje, alguns poucos produtores que agem de forma criminoso prejudicam a imensa maioria daqueles que aliam a produção de alimentos à preservação ambiental, manchando a reputação de todo o agronegócio nacional. Isso provoca efeitos econômicos negativos, tanto pela redução das exportações como pela restrição de investidores estrangeiros a aplicarem seus recursos no Brasil, reduzindo as fontes de financiamento. Um estudo publicado na Science mostra que somente 10% dos imóveis rurais desmataram de forma potencialmente ilegal, sendo que 2% desses imóveis concentram 62% da área desmatada ilegalmente. Ao mesmo tempo mais de 80% da produção agropecuária exportada para a União Europeia se originou de imóveis que não desmataram ilegalmente. Sendo assim, toda a produção agropecuária pode vir a sofrer consequências na ausência de um sistema de controle de origem que permita a identificação dos produtores, que na sua maioria, agem de acordo com a legislação ambiental.

Uma das soluções propostas para resolver a questão controle de origem é a contratação de certificações privadas ou tornar obrigatória a rastreabilidade no nível do animal. Porém, essas medidas irão gerar um grande custo para o produtor rural, prejudicando principalmente os pequenos produtores. O custo da rastreabilidade individual de uma fazenda de grande porte (com mais de 2 mil animais) é de R\$ 3,49 por cabeça, sendo que em pequenos imóveis o valor pode chegar a R\$ 36 por cabeça.

Por fim, é importante destacar que a medida é de fácil implementação, necessitando apenas de pequenos ajustes nos sistemas hoje existentes por utilizar informações já públicas, como as constantes na Guia de Trânsito Animal (GTA) e no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Além disso, possui a vantagem de não acarretar novos custos aos produtores e de manter o sigilo de seus dados.

Portanto, por sua grande relevância, peço o apoio dos nobres Pares para o aprimoramento e aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em        de        de 2020.

Deputado ZÉ SILVA